

MIGRAÇÃO E TRABALHO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Jacquelyn Rhea Chase

do Centro de Desenvolvimento e Planejamento
Regional da Universidade Federal de Minas Gerais

UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA DE MULHERES EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA



RESUMO

Este trabalho examina a mudança e a continuidade nos papéis econômicos de camponesas durante o processo de migração rural-urbana na fronteira agrícola na Amazônia brasileira. Os dados utilizados na pesquisa são baseados em entrevistas abertas com 30 mulheres migrantes de origem rural, residindo, na época da pesquisa, numa periferia urbana no Sul do Pará. As mudanças nos padrões de participação econômica das mulheres se relacionam à pressão provenientes da concentração de terras na fronteira e a redefinição de suas famílias na divisão social de trabalho.

A migração feminina é intimamente ligada às necessidades da família e não pode, por essa razão, ser considerada uma forma através da qual a força de trabalho feminina responde às demandas do mercado. A definição de uma divisão sexual de trabalho mais bem delineada do que na produção de subsistência no passado é associada à migração rural-urbana. Na cidade, as mulheres tendem a trabalhar exclusivamente em atividades de cunho reprodutivo, sem remuneração. Os homens, por outro lado, são responsabilizados pela captação da renda familiar. No entanto, dentro dessa tendência geral, existem variações sutis. Mulheres casadas com trabalhadores autônomos tendem a trabalhar mais frequentemente, enquanto as mulheres de trabalhadores assalariados dedicam todo seu tempo a trabalho doméstico não-remunerado. Pode-se pressupor que uma piora nas condições de demanda de força de trabalho masculino levará mais mulheres a se engajarem no mercado de trabalho, que, no momento, não está preparado para recebê-las.

SUMMARY

This paper examines change and continuity in peasant women's work roles during the process of rural-urban migration in the Brazilian Amazon frontier. Data used in research are based on life histories and open-ended interviews with 30 migrant women of rural background, residing in an urban periphery in Southern Pará at the time of the field study. The changing patterns of women's economic participation are related to the growing pressures from land concentration and to the resulting redefinition of their families in the social division of labor. Women's migration is intimately linked to the family's needs and therefore is not a form whereby the female labor force responds to market demands. The definition of a more clear-cut sexual division of labor within households is associated with rural-urban migration. In the city, women tend to devote their time to exclusively reproductive activities, whereas men assume responsibility for income production. However, within this overall trend, there are subtle variations, related to the household heads' place in the social division of labor and to the regularity of their income production. Wives of autonomous laborers tend to more actively seek ways to supplement the family wage whereas, on the other hand, women married to salaried workers dedicate all their time to unpaid domestic work. It can be assumed that worsening labor market conditions for men will increasingly force women into the labor market which, at this time, is not prepared for them.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, abordaremos como a migração à periferia da cidade de Conceição do Araguaia faz parte da mudança e da continuidade da experiência de mulheres de origem rural, cujas famílias estão caminhando gradativamente para o abandono do campo. As migrantes entrevistadas repartem a experiência comum de terem vivido momentos da expansão e retração da fronteira agrícola no Centro-Oeste e Norte do país. Supõe-se que, nesse processo, as relações de dependência da mulher com os outros membros da família e, em particular, com seu companheiro, sejam redefinidas.

Nossa análise se fundamenta em depoimentos de 30 mulheres migrantes, residentes em um bairro chamado Vila Nova, obtidos em setembro de 1981. Como método de investigação, utilizamos entrevistas abertas e histórias de vida, que facilitaram a reprodução de suas histórias migratórias, ocupacionais e familiares¹. Sem a pretensão de reproduzir uma população estatisticamente representativa da mulher em Vila Nova, procuramos incluir mulheres em diferentes momentos do ciclo de vida, e que trabalhassem em atividades extra-domésticas ou não. A pesquisa foi direcionada à investigação de experiências de mulheres pobres que migram com suas famílias e, por isso, não foram privilegiadas importantes categorias de mulheres na fronteira agrícola, como as prostitutas e as mulheres da burguesia emergente.

Após uma breve contextualização do processo migratório das mulheres que compõem nosso estudo de caso, analisaremos sua história de trabalho e migração em quatro momentos de suas vidas que marcam o delineamento de formas específicas de dependência com outros membros da família: a infância, o casamento — que em todos os casos antecede a migração à Vila Nova — a viuvez e a separação, momentos significativos para algumas mulheres. Destacaremos como as formas de contribuição econômica das mulheres é mediada, ao longo de suas vidas, pela posição do chefe da família, principalmente na produção, e, em particular, no que diz respeito a seu acesso e uso da terra. Por sua vez, o engajamento do chefe da família em determinadas relações de trabalho integra-se à história social da terra nas localidades por onde passam as famílias no processo migratório.

Buscamos explicações para as diferenciações detectadas na intensidade do trabalho das mulheres e na localização de seus companheiros na divisão social de trabalho em Conceição do Araguaia. Entre os chefes assalariados, o papel de suas esposas, como donas-de-casa, se afirmava na prática e na ideologia, enquanto as mulheres casadas com trabalhadores autônomos tendiam a participar mais diretamente na criação de uma renda familiar. Nos casos em que o homem praticava uma agricultura de subsistência, não acontecia da mulher voltar automaticamente a integrar tal produção com ele, pois sua presença na cidade já assumia importância na reprodução da família, permitindo que os filhos pudessem freqüentar a escola. Por outro lado, as difíceis condições de sobrevivência nas explorações de subsistência, sujeita à minifundização e à violência por parte de grileiros, não favoreceria a ida da família para o interior.

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA

A migração interna traz rupturas nas relações individuais e sociais de quem se mobiliza no espaço. Um de seus papéis fundamentais no Brasil é de redefinir a posição do migrante na divisão social do trabalho, seja através de sua ascensão social, seja via sua proletarianização. No caso da migração às regiões de ocupação recente, a mobilidade também pode expressar, entre populações rurais, uma forma de resistir às pressões exercidas pela expansão do capitalismo no campo nos locais de origem. Com efeito, num primeiro momento, o movimento da fronteira agrícola no Brasil tem permitido historicamente a proliferação da pequena unidade agrícola, cuja produção e condição legal na terra não se organizam em moldes capitalistas. Isso não tem ocorrido, porém, sem que a pequena produção sofra pressões através de mecanismos diretos e indiretos de desapropriação.

No município de Conceição do Araguaia², ponta de lança da frente de expansão que penetra o sudeste paraense desde meados dos anos sessenta, o número absoluto de estabelecimentos rurais cujos produtores são definidos como ocupantes, ou posseiros, tem aumentado progressivamente (BRASIL, 1970; BRASIL, 1980a). Entre 1970 e 1980, passaram de 2.136 para 4.117 estabelecimentos. No entanto sua participação relativa decresceu de 95,3% para 45,2% do total, em razão do rápido crescimento simultâneo no número de estabelecimentos que são propriedades legais. Estes eram apenas 100 em 1970, ou 4,5% do total; em 1980, já havia 4.649 propriedades, o que representava 51,0% dos estabelecimentos rurais do município.

O crescimento de populações urbanas que se dirigem às cidades depois de abandonarem essa luta é sintomático dos contornos atuais do confronto entre empresa e campesinato. No Brasil, o êxodo rural foi um dos fenômenos que mais caracterizou a redistribuição da população no espaço da década de 1970. Às vezes, a expansão da fronteira agrícola é posta simplesmente como movimento contrário à urbanização, mas esta é de substancial importância hoje na Amazônia em geral e, também, em áreas como Conceição do Araguaia. George Martine (1981) estima que do fluxo migratório total para a região norte, ocorrido nos anos setenta, mais da metade se dirigiu para cidades dessa região.

Naquele período, apareceram diversos núcleos novos de caráter urbano no município de Conceição do Araguaia, que surgiram em função das necessidades de infra-estrutura e de comercialização das atividades agropecuárias e extrativistas que se alastravam na região.

¹ Uma entrevistada não completou o formulário de história de vida. Por isso algumas de nossas informações referem-se a um total de 29 informantes.

² Em 13 de maio de 1982, foram emancipados de Conceição do Araguaia os seguintes municípios: Redenção, Xingua e Rio Maria. As referências feitas neste artigo ao município de Conceição do Araguaia são do período anterior ao desmembramento.

Surgem como parte do panorama urbano áreas periféricas caracterizadas pela presença maciça de migrantes de origem rural. Essa população é freqüentemente recrutada como mão-de-obra para trabalhos em fazendas, mas sua integração na economia regional varia de acordo com a distribuição das atividades no município. A sede municipal de Conceição do Araguaia é cercada por um raio de terras de ocupação relativamente antiga e, portanto, consolidada, o que torna a busca de trabalhadores rurais residentes daquela cidade menos intensa do que em outros núcleos mais recentes que ocupam as orlas dianteiras da frente de expansão pecuarista.

Entre o momento em que a Prefeitura de Conceição do Araguaia iniciou a distribuição de lotes urbanos, em 1979, até a data dessa pesquisa, em setembro de 1981, os residentes do bairro Vila Nova, passaram a representar cerca de 12% da população da cidade. Nesse período, Vila Nova, além de ser palco de uma ocupação dirigida pelas autoridades locais, foi, simultaneamente, um pólo de atração de migrantes que se instalavam ali como ocupantes de lotes sem títulos.

A família de pequenos agricultores sofre profundas modificações em seu papel produtivo durante a migração à fronteira agrícola, o que impõe rearranjos em suas formas de cooperação interna. Em nosso estudo de caso procuramos analisar a situação de algumas famílias de migrantes cujos projetos de se estabelecer na terra como unidades produtivas foram modificados devido à gradativa perda de acesso à terra. Tanto a proletarianização rural como o uso condicional da terra conduzem a divisões especiais da família, capazes de redefinir os papéis dos componentes que permanecem e daqueles que migram temporariamente. Por outro lado, a sobrevivência no meio urbano exige que a mão-de-obra familiar seja posta a venda. De fato, do ponto de vista da população estudada, a monetarização das relações no ciclo produção-consumo é uma das condições que mais imprime as contradições na transição rural-urbana.

Nos locais de nascimento das migrantes, as famílias de 24 mulheres praticavam uma agricultura baseada quase exclusivamente no uso de mão-de-obra familiar, como autônomos, meeiros ou agregados. Somente em um caso, o chefe da família dividia seu tempo entre o cultivo de sua lavoura, na condição de autônomo, e o trabalho assalariado, como vaqueiro. Nos cinco casos restantes, o chefe empregava-se como trabalhador urbano.

O quadro ocupacional que se apresentava nos locais de procedência à migração à cidade de Conceição do Araguaia é bastante distinto daquele que acabamos de descrever. Das mulheres entrevistadas as famílias de apenas 14 estavam engajadas na agricultura, em relações que permitiam certo domínio sobre o processo de trabalho: como autônomos, meeiros, agregados ou rentistas. Cinco famílias sobreviviam apenas do salário ganho na venda de sua força de trabalho em empregos rurais, ao passo que quatro chefes exerciam simultaneamente atividades dentro e fora da agricultura. Seis viviam exclusivamente de atividades urbanas. Como se pode observar, no último local de residência das mulheres, a atividade agrícola continua predominante, porém suas relações de produção haviam mudado significativamente. Ou seja, antes da migração à cidade de Conceição do Araguaia,

já se desencadeava um processo de desarticulação da produção familiar entre a população estudada, o que determina estruturalmente sua acentuada mobilidade geográfica.

Como demonstramos na Tabela 1, entre as mulheres destacam-se as naturais de Goiás e estados nordestinos, em particular Maranhão e Piauí, o que caracteriza, também, a população não-natural do município de Conceição do Araguaia como um todo (BRASIL, 1980b).

TABELA 1

ESTADOS DE NASCIMENTO E DE PROCEDÊNCIA DAS MIGRANTES ENTREVISTADAS		
ESTADOS	NASCIMENTO	PROCEDÊNCIA*
Goiás	13	23
Maranhão	7	5
Piauí	5	—
Ceará	1	—
Bahia	1	—
Minas Gerais	3	—
São Paulo	—	1
Pará	—	1

FONTE: Pesquisa de Campo
 (*) Refere-se ao último local antes de chegar ao município de Conceição do Araguaia. Ocorreram, entre 13 migrantes, movimentos intramunicipais.

As naturais de Goiás são, sobretudo, das micro-regiões homogêneas que compreendem os vales médios dos rios Araguaia e Tocantins, no norte do Estado. Além de ser importante como local de nascimento dessa população, essa região atraiu migrantes a caminho de Conceição do Araguaia. Nove mulheres nasceram nas quatro micro-regiões abrangidas, enquanto vinte mulheres procederam dessa área de Goiás. Isto é, a região Norte constitui tanto um lugar de atração como de expulsão dessa população.

A ocupação dessa faixa de Goiás é antiga. Diversos núcleos urbanos datam de surtos extrativistas do fim do século passado e início deste, bem como da prática de catequese das populações nativas (Valverde & Dias, 1957). Tradicionalmente, nas áreas rurais, uma agricultura de subsistência se reproduzia nos interstícios de atividades pastoris extensivas.

O norte de Goiás foi atingido por fortes modificações pela implantação da rodovia Belém-Brasília, a partir de fins da década de cinqüenta, quando começou a ser alvo de novas ondas de povoamento de camponeses nordestinos e, concomitantemente, de fazendeiros, todos em busca de terras que já se encontravam em processo de rápida valorização. Como em toda história de ocupação pioneira, nasceram acirrados conflitos em torno da posse da terra, o que, posteriormente, contribuiu para transformar a região numa área de expulsão de populações rurais. Segundo estimativas da SUDAM (Superin-

tendência do Desenvolvimento da Amazônia), entre 1970 e 1978, as quatro microregiões que compõem o norte de Goiás perderam mais de 80.000 pessoas, a maioria (69.000) sendo de emigrantes de áreas rurais (BRASIL, 1980c).

A estrutura fundiária altamente concentrada e as práticas agrícolas itinerantes no sudoeste e oeste do Maranhão, regiões que constituem desde os anos cinquenta novo foco de ocupação camponesa proveniente de outros estados nordestinos, têm gerado fluxos de agricultores para o norte de Goiás, parte dos quais passam a migrar posteriormente para as áreas de ocupação mais recente no sul do Pará. Um dado que perpassa as entrevistas e as histórias de vida das mulheres, sejam estas goianas, maranhenses ou nordestinas de outros estados, é a efemeridade de sua relação com a terra.

As diversas histórias de luta pela terra ("luta" aqui assume um significado não-circunscrito à violência explícita) das mulheres e suas famílias se acumulam na sua migração à periferia urbana, onde se dá continuidade ao processo de desarticulação dessa população com a produção agrícola. Ela se lança no mercado de trabalho como assalariada ou autônoma na cidade e no campo. Para uma parcela da população, a migração ao meio urbano viabiliza o retorno a atividades de subsistência no meio rural, porém sem que sejam recriadas as condições antigas de produção.

TRABALHO E MIGRAÇÃO EM QUATRO FASES DO CICLO VITAL DA MULHER NA FRONTEIRA

A distribuição da força de trabalho familiar, além de ser regida pelas necessidades materiais, é também respaldada na ideologia do trabalho feminino, que, entre as famílias rurais é considerado secundário na produção agrícola, apesar de ser objetivamente necessário à sobrevivência da unidade de produção. Conseqüentemente, em momentos de desarticulação do poder familiar sobre o processo de produção as mulheres casadas e suas filhas são as que em primeiro lugar abandonam a agricultura para outras atividades. No entanto, para as mulheres, essa transferência é vista geralmente como uma mudança qualitativa somente quando implica no seu assalariamento.

³ Nosso formulário de História de Vida não permitiu que reconstruíssemos os pormenores da estrutura familiar da mulher ao longo de sua vida. Aqui desenvolvemos algumas hipóteses que surgiram a partir do cruzamento de nossos dados sobre o trabalho de cada entrevistada com aqueles sobre o chefe da família, nos contextos dos momentos históricos e pessoais e da localização geográfica em que se dão as transições na vida da mulher.

⁴ Como a identificação ao papel doméstico se intensifica após o casamento, é provável que o problema de subdeclaração do trabalho agrícola da mulher se agrave entre mulheres casadas.

⁵ Consideramos "acesso à terra" como participação em relações de trabalho que não impliquem na perda de controle sobre o processo de trabalho pelo agricultor. Isso inclui, nos resultados da pesquisa, o meeiro, rentista e trabalhador familiar, ou autônomo, mas exclui o diarista ou empregado permanente.

Nesta parte, examinamos como essa ideologia é elaborada em diferentes momentos do ciclo de vida das mulheres e como, também, essa elaboração se desdobra na atribuição de distintos papéis na sobrevivência do grupo de acordo com a inserção da família no sistema produtivo.

Tentaremos situar o tempo individual e familiar no tempo histórico, focalizando especificamente, com relação ao tempo histórico, o processo de avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste e Norte do Brasil. Interessa-nos, em particular, analisar as formas em que o ciclo de mudanças nos papéis da mulher durante sua vida possa integrar com o desencadeamento da história social da terra da fronteira.

A infância e a juventude

A união conjugal implica para a mulher na consolidação de suas atividades domésticas que, durante a infância e juventude, se mesclavam com a obrigação de contribuir diretamente para a formação de uma renda familiar. Dessa forma, para a sobrevivência do grupo, a categoria "filha" assume conotações distintas da categoria "esposa" (Ver Macedo, 1979 e Rodrigues, 1978).

A maioria das mulheres entrevistadas (21) trabalharam, enquanto moças solteiras, junto com a família nos serviços agrícolas, porém a intensidade e freqüência dessa participação não podem ser inferidas pelas histórias de vida. As respostas referem-se à atividade considerada principal pela mulher durante as diversas fases de sua vida; podemos supor que a participação seria maior ainda, fosse a atividade agrícola considerada pela própria mulher como trabalho e não com extensão dos serviços domésticos não-remunerados⁴. Entre nossas entrevistadas, seis mulheres, cujas famílias haviam vivido da lavoura, declararam nunca terem participado de trabalhos agrícolas, tendo se dedicado às prendas domésticas no âmbito de suas casas, ou, com menor freqüência como empregadas.

A expressiva participação da mulher solteira nos trabalhos agrícolas familiares está relacionada com o fato de as mulheres na infância e na juventude, terem tido acesso à terra por mediação de suas famílias⁵. Das 29 mulheres que completaram Histórias de Vida, 22 famílias tiveram terra durante o período anterior à sua saída de casa. Deste total, nove permaneceram na mesma localidade durante toda sua infância e juventude. Sem dúvida, a estabilidade na terra está relacionada ao momento histórico em que as famílias a ocupavam, no limiar da grande expansão demográfica e econômica das regiões Central e Norte do país. Entre as nove mulheres, cuja infância não foi caracterizada por repetidas migrações, não há nenhuma que tenha nascido após 1948, e a mais velha nasceu em 1910.

Embora seja significativo o fato da família ter em mãos algum domínio sobre o processo de produção na agricultura, não detectamos uma clara relação entre a participação da mulher solteira na agricultura e o grau de autonomia nas relações de produção nas quais o chefe da família estava inserido. Ou seja, não havia maior ou menor incidência de atividade de filhas de meeiros, rentistas ou trabalhadores autônomos. No entanto, o

quadro é diferente entre famílias cujos chefes se empregavam como diaristas em serviços agrícolas. Essa situação, às vezes temporária, sempre coincidia com a inatividade nos trabalhos de lavoura das entrevistadas, sugerindo uma divisão sexual de trabalho na agricultura que determinava que a contribuição da solteira se limitasse ao âmbito da direção paterna.

A análise das formas alternativas em que a mão-de-obra das mulheres solteiras era mobilizada por suas famílias revelou duas características de trabalho da mulher solteira nas famílias de origem camponesa em fase de desarticulação. Em primeiro lugar, ela não dispõe de sua própria força de trabalho, cuja aplicação é feita visando as necessidades do grupo familiar ao qual ela entrega os rendimentos do trabalho. Em outras palavras, o trabalho, como também a migração parcial, não representam projetos individuais⁶. E, do ponto de vista da mulher solteira e de sua família, seu ingresso no mercado de trabalho é percebido como resultado de contingências que enfraquecem temporariamente o poder de ganho do chefe da família. O casamento, dessa forma, vem significar, uma volta à situação "normal", em que o homem providencia toda a entrada de renda monetária da família.

Para a maior parte das mulheres que entrevistamos, o trabalho durante a infância integrava-se perfeitamente à atividade principal de suas famílias, a favora, como demonstra as seguintes declarações:

Perg. Como foi o trabalho da senhora no Piauí?

"Trabalhando na roça desde pequena! Desde pequenina trábaldando na roça!" (J., 68 anos, natural de Santa Filomena, Piauí).

Perg. Como foi sua vida quando criança?

"Fui criada na roça. Trabalhando na roça toda vida. Sou roceira. Me nasci e me criei trabalhando na roça" (L., 33 anos, de Filadélfia, Goiás).

Perg. Como foi o trabalho da senhora quando moça?

"De trabalho, quê que eu vou dizer? Era de roça, de campo mesmo! Todo tipo de serviço" (C., 51 anos, natural de Araguacema, Goiás).

Esses tipos de depoimento confundem-se com aqueles de mulheres sobre suas tarefas propriamente domésticas, do tipo "não faço nada, só cuido destes meninos". Rodrigues (1978, p. 81) salienta a pouca referência espontânea às imagens da vida rural entre migrantes rurais entrevistadas em sua pesquisa na cidade de São Paulo. A experiência feminina no meio rural, apesar de ser compartilhada com a masculina em relação a muitas das tarefas executadas na infância e juventude, ainda é mais limitada pelo fato dos homens terem desde cedo maiores contatos com o mundo "público", via comercialização do produto do trabalho familiar e outras atividades entregues especificamente a eles.

Portanto, a divisão sexual de trabalho é vista como tão natural, que as atividades da mulher perdem sua qualidade de atividade elaborada conscientemente. Em diferentes culturas, sempre são construídos significados para as diferenças biológicas entre os sexos. Apesar de uma heterogeneidade nas imagens, a reprodução feminina tem sido fundamental para a definição ideológica do

papel da mulher, mesmo quando é sabido que esta participa ativamente no trabalho público, em diferentes sociedades. Essa definição parte das funções biológicas, o que facilita a passagem para a construção ideológica das atividades femininas como sendo intuitivas, ou desprovidas de cultura e, portanto, de criatividade (Ortner, 1979).

Por isso mesmo, as modificações que ocorrem durante o processo migratório nas formas da mulher contribuir economicamente para a sobrevivência do grupo familiar muitas vezes não se apresentam à própria mulher como modificações. Mesmo quando sua força de trabalho passa a ser remunerada, é somente quando isso implica no assalariamento ou, ainda, no emprego de conhecimento adquirido formalmente que a mulher reconhece a ocorrência de mudanças substantivas em seus papéis.

O casamento

Nossa premissa básica, ao privilegiar algumas fases do ciclo vital das mulheres, é que a entrada e saída nessas fases redefinem os papéis femininos. Essas definições não são, de forma alguma, estatísticas, sendo constantemente redimensionadas por eventos e tendências históricas, que se interpenetram com os cronogramas biológicos individuais e familiares (Hareven, 1978).

O casamento anuncia, para mulheres e homens, um quadro de novas obrigações e opções. A mulher casada experimenta, em particular, maiores pressões para desempenhar o papel de trabalhadora doméstica subordinada imediatamente ao chefe da família. Claramente, o casamento significa aumentar os encargos do trabalho doméstico, porque, pelo menos entre a população em estudo, ele traz consigo a expectativa do nascimento imediato dos filhos. No entanto, apesar da presença de filhos ser freqüentemente a justificativa oferecida pelas mulheres quando estas não participam na geração de rendimentos, mais certo seria afirmar que filhos põem restrições sobre as dimensões temporais e espaciais da atividade feminina que acabam, em parte, determinando, inclusive suas relações de trabalho.

A relativa estabilidade na terra experimentada pelas mulheres durante a infância oferece importantes contrastes com as mudanças que as atingirão no deslocamento a pontos mais afastados da fronteira agrícola após o casamento. Em áreas de estruturas fundiárias sob pressão demográfica, política e econômica, o casamento implica freqüentemente na busca de terras novas pelo casal, e pode ser visto como catalisador da migração.

A produção de novos núcleos familiares pelo casamento não apresenta novidade no Brasil rural (Oliveira, 1981), mas certamente o assalariado aliado à mobilidade da força de trabalho, historicamente tem acelerado o processo de enfraquecimento das relações de parentesco (Durham, 1982).

Entre as 28 mulheres casadas e para as quais dispomos de informações, 24 saíram de suas casas imediatamente com o primeiro casamento⁷ para formar novo núcleo conjugal em outras localidades, com seus maridos.

Porém, os efeitos desestruturadores da mobilidade sobre as relações de parentesco são atenuados pelo fato dos novos primeiros núcleos serem, para muitas entrevistadas, de curta distância, como ilustramos da Tabela 2.

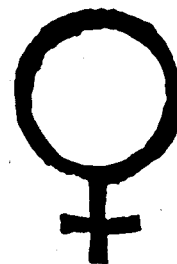
TABELA 2

MIGRAÇÃO DA MULHER AO FORMAR NOVO NÚCLEO CONJUGAL

PERMANECEU NO MESMO MUNICÍPIO	FOI PARA OUTRO MUNICÍPIO	TOTAL*
Continuou com a família de origem 4	—	4
Mudou para casa de parentes do marido 4	1	5
Estabeleceu unidade doméstica independente 11	8	19
TOTAL : 19	9	28

FONTES: Pesquisa do Campo

(*) Das 29 mulheres casadas, dispomos de informações sobre 28 delas.



Quase sem exceção, o casamento inicia um período de intensas migrações em busca de terra no Centro-Oeste e Norte⁸. A migração dessas mulheres a Conceição do Araguaia é orientada por motivações do grupo familiar como um todo. Porém, algumas entrevistadas revelaram ser a migração um fato que nem sempre depende de sua própria vontade, conforme podemos testemunhar em declarações como as seguintes: "Não gosto (de mudar), mas ele me governa. Mulher é mais fraca mesmo, ficou para ser assim. Ela tem que concordar, mesmo que não quer" (A., 60 anos); "Eu estou aqui porque você sabe, desde o dia que a moça casa, é para acompanhar o marido, né? Mas eu não estou aqui de bom gosto, não. Quero voltar para Goiás de novo" (L., 33 anos); "Quem tem marido, minha filha, o homem entra num buraco de tatu e a gente vai atrás. . . Eu não queria ir (para Redenção, Pará), mas ele quis. Mulher com vergonha não larga o marido não. Só se ele pegar bater, judiar demais" (M., 62 anos).

A outra face da moeda da obrigação da mulher de acompanhar o marido é a obrigação de ficar, caso este emigre. Sua emigração, nem sempre se apresenta como estratégia que tem em vista as necessidades da família; este fato talvez explique porque a mulher assume, frequentemente, uma postura de vítima quando deixada no lugar de origem, o que pode ser constatado no uso repetido da palavra "largada" para se caracterizar durante essa situação.

Como já vimos anteriormente, a união conjugal gera a expectativa de que a mulher se dedique futuramente aos cuidados da casa e, principalmente, dos filhos que certamente virão. Porém, nem sempre é possível atribuir

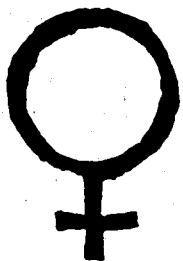
as maiores restrições sobre o trabalho da mulher casada à tensão entre as necessidades nas esferas da produção, por um lado, e da reprodução. No Maranhão, onde a coleta de babaçu consta como importante fonte complementar de renda entre as famílias de agricultores, quando os recursos permitem sempre manifesta-se a preferência por pagar outras mulheres para fazer a coleta nos babaçuais do que mobilizar a mão-de-obra de mulheres casadas da própria família.

As crescentes dificuldades que as famílias de agricultores passam a sofrer nas regiões de emigração para manterem a posse da terra, particularmente na década de sessenta, têm repercussões específicas para o trabalho da mulher casada. A perda do acesso à terra e o assa-

⁶ Isso é tema da tese de Oliveira (1981), que percebe entre mulheres solteiras que trabalham em fazendas de café e cana-de-açúcar, no Oeste Paulista, o mesmo compromisso de ajuda na manutenção da família.

⁷ Ao restringir nosso interesse às mudanças que ocorrem à mulher ao sair da condição de filha para entrar na de esposa, utilizamos aqui informações somente a respeito do primeiro casamento.

⁸ Para comparar a mobilidade geográfica antes e depois do casamento, utilizamos o que designamos de "índice de prevalência da migração", que permite confrontar a intensidade da mobilidade depois da primeira união conjugal de mulheres de cortes diferentes, dividindo, para cada mulher, o número de anos em que ocorrem movimentos migratórios (intra ou intermunicipais) antes e depois da primeira união pelo total de anos em cada período.



lariamento do chefe da família podem produzir duas circunstâncias diferentes para a mulher que continua vivendo nas áreas rurais do Centro-Oeste e Norte. Um efeito atua no sentido de reduzir o leque de atividades da mulher àquelas mais tipicamente "femininas"; outro, ao contrário, dilui as fronteiras entre o trabalho masculino e feminino.

O emprego permanente do marido em fazendas de gado não exige necessariamente a separação dele de sua família. O contrato entre o trabalhador e a fazenda às vezes prevê a inclusão de outros membros da família, supondo a participação de mulher e filhos em atividades a preços baixos ou mesmo gratuitamente. No entanto, com raras exceções, nessas regiões à família do assalariado não é permitido usufruir de terras da fazenda para o plantio ou criação própria, o que deixa a mulher à margem de produção agrícola. Ela pode, por outro lado, se tornar uma espécie de empregada doméstica da fazenda, lavando e cozinhando para outros trabalhadores.

O emprego temporário pode levar os homens adultos a passarem semanas ou meses fora de casa. Em alguns casos, ele deixa a roça preparada para colheita e vai vender sua força de trabalho nas fazendas da região. Quando isto ocorre, via de regra, o trabalhador exige dinheiro adiantado para garantir a sobrevivência da família na sua ausência, evitando, desse modo, que a mulher tenha que se empregar (CEDEPLAR, 1977).

Assim, não podemos inferir que a migração masculina implica automaticamente numa redefinição do papel da mulher. Pois na ausência do homem a mulher permanece no lar como a principal provedora das necessidades da casa e dos filhos. Porém, quando o marido sai para prestar serviços nas fazendas e volta sem rendimentos, sua esposa não tem outra alternativa a não ser se lançar no mercado de trabalho.

Dessa forma, o caráter precário das relações empregatícias e do acesso à terra impossibilitam ao marido o desempenho do papel ideal de chefe de família. Este papel passa então a ser absorvido em parte pela mulher, juntamente com as tarefas domésticas propriamente ditas. Em face deste re-arranjo na família, os filhos são vistos como as principais vítimas da sobrecarga do trabalho feminino. É interessante notar, também, que, a mulher se ressentida dos sacrifícios imputados ao seu corpo pelo trabalho remunerado e de não poder atender satisfatoriamente às suas necessidades no período de gravidez, puerpério, etc.

A separação

Com a separação, desaparece a ambigüidade que envolve o trabalho da mulher casada e seu papel na so-

breviência da família, pois não se pode rotular o trabalho da mulher separada como "ajuda". Entre as entrevistadas que já foram alguma vez separadas do marido⁹, o sustento dos filhos sempre recaía inteiramente sobre a mulher, cuja separação ocorria com o abandono pelo marido numa fase de composição da família. Isso significa que as mulheres foram deixadas com filhos pequenos ainda, sem condições de contribuir para o sustento da casa.

Há dois aspectos que gostaríamos de explorar aqui. Em primeiro lugar, como a mulher concilia o trabalho remunerado com os cuidados de seus filhos? Esta questão é oportuna, porque é justamente a presença de filhos que é mais freqüentemente oferecida como razão da mulher *casada* não trabalhar fora do lar. A plena participação no trabalho da mulher separada — como a de algumas mulheres casadas — apesar das demandas simultâneas dos filhos, parece opor-se ao raciocínio segundo o qual os filhos que impedem o ingresso da mulher na força de trabalho.

A primeira questão desemboca em outra, relativa ao papel dos parentes como possíveis fontes de apoio à mulher adulta que se encontra sem companheiro.

A separação coloca a mulher efetivamente como chefe da família, o que significa que o ritmo e intensidade de seu trabalho deixam de ser determinados pelo trabalho do companheiro perdendo, assim, seu caráter eventual. A mediação do trabalho remunerado pelas funções que a mulher desempenha como mãe é responsável, em conjunto com o mercado de trabalho, pela configuração espacial e temporal do trabalho feminino.

Em todos os casos, as mulheres integraram-se na força de trabalho, durante suas separações, como autônomas, procuram manter o máximo de controle sobre o tempo de trabalho. Por isso mesmo as mulheres que se encontravam na área rural nessa situação executavam trabalhos temporários em roçados ou babaquais. Enquanto o trabalho de roça é pago por produção e assim ainda existe algum controle sobre o tempo que nele se gasta, o emprego doméstico remunerado exige dedicação integral da mulher, e não é visto como alternativa realista para ela.

⁹ São cinco as mulheres que já passaram pela separação, mas, no momento da pesquisa, somente uma se encontrava ainda separada.

¹⁰ Algumas das atividades remuneradas de N.: lavar roupa, capinar quintal, alugar casas, comprar e vender lotes em Vila Nova, vender roupa industrializada no interior do município de Conceição do Araguaia, cozinhar para peões nas fazendas locais e fazer tijolos.

¹¹ Dois comentários são necessários: primeiro, na produção de mercadorias, mesmo quando efetuada, em boa parte, pela família, o processo de trabalho é, em última instância, determinado fora da própria família pela necessidade de valorização do capital. Em segundo lugar, um controle relativamente maior sobre o processo de trabalho não se traduz na ausência de relações de exploração no interior da unidade de produção (Loureira, 1983).

A separação coloca a mulher jovem e com filhos menores numa situação potencialmente de desamparo. Voltar a depender da família de origem, quando esta se encontra próxima, é inviável cultural e materialmente. A família, no entanto, pode prestar assistência, indiretamente, empregando a filha temporariamente em serviços agrícolas para os quais recebe em dinheiro ou produção, até formar outra união conjugal. O recasamento não é raro acontecer dada a excedência da população masculina, característica das áreas de fronteiras.

Nas zonas urbanas, a rede de parentesco contribui com abrigo, assistência com os cuidados dos filhos ou com o local e instrumentos de trabalho sem, no entanto, mobilizar recursos monetários. Ou seja, sua contribuição é mais no sentido de criar condições para que a mulher separada possa sobreviver do trabalho remunerado, do que possibilitar que ela continue desempenhando principalmente o papel de dona-de-casa ou de filha.

A viúvez

De forma semelhante à mulher separada, a viúva está numa situação de reorganização de seus laços de dependência financeira. No entanto, a viuvez e a separação geralmente ocorrem em momentos distintos no curso de vida da mulher, o que faz com que, sobre seu trabalho, atuem determinações também diferentes, como, por exemplo, o número e a idade dos filhos, e a saúde.

Nos foi possível detectar duas tendências no trabalho da mulher viúva relacionadas com a questão do acesso à terra. Entre as mulheres que viviam de lavoura quando perderam seus maridos, não era incomum que elas assumissem a chefia da produção. Temos evidência disso nas entrevistas, quando as mulheres falam de sua própria viuvez e da de suas mães.

A outra tendência é a viúva, já vivendo na cidade, diversificar suas atividades para incluir trabalhos não tipicamente femininos, como se pode depreender dos relatos a seguir: "Trabalho em qualquer coisa. Quando canso de um serviço, pego outro. Sou a admiração do povo" (N., 43 anos);¹⁰ "Vivo trabalhando pra aqui, pra acolá, pra um, pra outro. . . Não aqui. . . Não tem serviço marcado para mim. . . pesco, caço, faço tudo na vida que eu precisar" (C., 51 anos).

Com essa ampliação de atividades, percebe-se uma atitude da viúva a respeito do trabalho muito diferente da atitude da mulher casada. Em particular, o trabalho não é visto como uma condição temporária ou de desequilíbrio.

Quer a viúva esteja participando no trabalho agrícola, quer esteja vivendo de serviços autônomos urbanos, a definição das esferas masculina e feminina do trabalho é para ela nebulosa. A autoridade da mulher é efetivamente reconhecida quando a organização do trabalho na lavoura passa a ser de seu domínio. A continuidade da viúva na terra e o papel novo que ela vem a desempenhar por vezes resultam da mulher assumir o pacto feito entre seu marido e o dono da terra, portanto, a morte do chefe da família, em si, não traz, necessariamente, a

desarticulação da família pela migração ou de seu papel na produção agrícola.

Até agora, procuramos apreender a divisão sexual no trabalho e na migração em quatro pontos do ciclo vital da mulher e verificar como essa divisão é interrelacionada com as determinações gerais da condição social à qual a mulher está submetida enquanto elemento de uma população rural em vias de desapropriação da terra. Embora a ideologia do trabalho feminino, assumida diferentes faces durante a vida das mulheres pesquisadas, evidenciamos que seu trabalho e migração são sempre subordinados às necessidades da família de forma que a desintegração desta como unidade produtiva não se apresenta à mulher como mecanismo de rompimento — pela migração ou proletarianização —, desses laços.

De maneira geral, a forte dependência não se modifica, e até se intensifica, com a migração da mulher com sua família a Conceição do Araguaia.

Lá existem limitadas alternativas de trabalho para a mulher no meio urbano, e o emprego agrícola apresenta-se à mulher como opção quase exclusivamente através do uso da terra em empreendimentos familiares. Entretanto, notamos em Vila Nova que o ritmo e a forma de participação feminina no limitado rol de atividades, sobretudo no Setor de Serviço, varia consideravelmente. Ao examinar essas diferenças, vemos que a mobilização da mulher casada na força de trabalho se relaciona claramente com a localização de seu companheiro na divisão social de trabalho em Conceição do Araguaia, como assalariado, autônomo ou trabalhador de subsistência na agricultura.

O TRABALHO DA MULHER EM VILA NOVA

A formação de periferias urbanas na região da fronteira agrícola é sintomática de transformações no papel social da terra no Brasil, fato vivenciado em diferentes graus e circunstâncias pelas mulheres entrevistadas em Vila Nova. O fluxo populacional à periferia deve ser compreendido, em primeiro lugar, a partir da realocação dos migrantes na divisão social de trabalho, que ocorre em função de retração do setor de subsistência. Nos parágrafos que se seguem, pretendemos verificar como a mulher é afetada por esta realocação.

A migração para Vila Nova solicita das famílias novas formas de interdependência para garantir sua reprodução no meio urbano. Apesar de a população ainda procurar eventualmente aumentar seu consumo via atividades de subsistência — por exemplo, com a pesca, a caça, a coleta e a lavoura — o auto-consumo é somente complementar à geração de renda, seja ela monetária ou em espécie. Isto é, a sobrevivência das famílias depende essencialmente da venda de parte de seu arsenal de força de trabalho ou, no caso do trabalho autônomo, de seus serviços.

Para a mulher, em Vila Nova, a saída do setor de subsistência, acrescida do caráter do desenvolvimento econômico imposto nesta área da fronteira agrícola pela expansão do capitalismo, tem desembocado na reafirmação de seus papéis, fundamentalmente reprodutivos. O trabalho agrícola é substituído pela prestação de serviços autônomos, que se caracteriza principalmente pe-

la sua conciliação com o trabalho reprodutivo, considerado pela mulher como sua primeira obrigação. Ou ainda, a mulher volta-se inteiramente aos cuidados domésticos de sua família, deixando para o marido e/ou filhos a captação da renda necessária para a sobrevivência urbana.

A elaboração ideológica do trabalho feminino no meio rural facilita a transferência da mulher de atividades potencialmente produtivas na agricultura, com suas divisões sexuais menos claras, para a prestação de serviços nitidamente femininos¹¹.

O tipo de mobilidade nas relações de trabalho que parece mais significativo para a própria mulher, especialmente quando ocorre após a infância, é aquela que envolve a perda de controle sobre o processo de trabalho que, tanto na agricultura familiar quanto ao trabalho autônomo, é relativamente mais dominado pela própria mulher e por sua família¹². Para a mulher engajada no trabalho familiar, seu esforço se direciona às necessidades da casa, sob o comando do chefe da família. E, como autônoma, o ritmo de seu trabalho parece responder mais às demandas da reprodução de sua família e não às do mercado. É no assalariamento, geralmente no emprego doméstico, que a mulher sente claramente a incongruência entre o trabalho "para os outros" e o trabalho "para casa".

Deve-se lembrar que não há um grande leque de opções de emprego para a migrante rural em Vila Nova. Ela é conduzida, como também muitos homens, para o subemprego em atividades urbanas autônomas e irregulares, com baixíssimos rendimentos e reduzida produtividade. Alguns homens da periferia urbana de Conceição do Araguaia, porém, ainda pertencem à força de trabalho rural, sendo com grande frequência recontratados pelas fazendas locais. O homem, além do mais, volta com maior facilidade a se engajar na produção agrícola de pequenos excedentes, enquanto permanece inviabilizado o reestabelecimento da família como unidade de produção.

Nenhuma mulher entrevistada trabalhava, no momento da pesquisa, como assalariada, seja em Vila Nova, seja no centro de Conceição do Araguaia ou no interior do município; e encontramos somente dois casos em que os chefes de família eram assalariados em ocupações urbanas permanentes. Nas famílias estudadas, o assalariamento urbano no setor formal ocorre com maior frequência entre filhos e filhas solteiros, que trabalham ponderadamente nos estabelecimentos da área central de Conceição do Araguaia¹³.

Os tipos de serviços realizados pelas mulheres que trabalham variam pouco entre si: elas são, na maior par-

te, lavadeiras, costureiras e trabalhadoras autônomas em estabelecimentos comerciais. Contudo, por trás dessa aparente homogeneidade, escondem-se diferenças na intensidade e regularidade do trabalho e, portanto, nas formas em que as mulheres procuram harmonizar a captação de renda com o trabalho doméstico não-remunerado.

A pergunta de como esse conflito é atenuado, ou mesmo evitado, pela mulher e sua família encontra resposta primordialmente nas formas de interdependência do grupo, que são, por sua parte, modeladas a partir de seu engajamento nas relações de produção. As relações nas quais se encontram os migrantes de Vila Nova associam-se a dois condicionantes fundamentais do trabalho da mulher: o grau de cisão entre os locais de trabalho reprodutivo e de trabalho que gera renda e a garantia, ou não, de que núcleo familiar será capaz de se reproduzir com os rendimentos do trabalho do chefe da família.

O trabalho autônomo urbano, entretanto, oferece precárias condições de sobrevivência, se comparado ao assalariado (Prandi, 1978). De fato, o trabalho autônomo está inserido numa lógica própria que vincula maiores custos de produção à subremuneração dos fatores de produção (Singer, 1977).

Entre alguns chefes de famílias autônomas, a fragilidade de seus ganhos incentiva a diversificação de suas atividades, e também a incorporação de mão-de-obra familiar na força de trabalho. Porém, a mulher que participa na geração de renda na cidade não pode ser considerada mão-de-obra de *reserva* para a família. Apesar de seus rendimentos serem poucos (na verdade, complementares aos do chefe da família), eles resultam de atividades exercidas com maior regularidade.

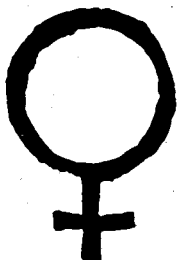
Dependendo de seu nível de poupança e da disponibilidade de mão-de-obra barata ou gratuita, algumas famílias conseguem diversificar suas atividades autônomas. Essa diversificação leva a mulher a participar ainda mais na geração da renda familiar, porque são incorporadas atividades que não provocam a ruptura com suas funções anteriores.

A abertura de quitandas familiares, para as quais sempre é aproveitada parte do espaço físico da residência, é uma forma da mulher do meio urbano se incorporar à força de trabalho, sem que isso seja reconhecido explicitamente por ela mesma ou por outros membros do grupo familiar. Em parte, isso advém do próprio caráter do trabalho e de sua divisão sexual.

Muitas transações no pequeno comércio em Vila Nova são realizadas através do mecanismo de aviaamentos não envolvendo qualquer dinheiro no ato da compra.

A compra no atacado é, em geral, uma tarefa masculina, como é também o acerto de contas. O controle sobre a entrada de mercadorias e de dinheiro permanece, portanto, nas mãos do homem, contribuindo para que a colaboração feminina no comércio familiar seja defendida como "ajuda".

Isso seria, talvez, uma das razões porque o comércio não chega a ser um domínio feminino, apesar de sua aparente adaptabilidade à posição da mulher na reprodução da família e das condições que ofereceria a ela e aos filhos para que eles gerassem uma renda com-



plementar, enquanto o chefe da família está envolvido em trabalhos em outras localidades. O pequeno comércio autônomo permite, enfim, que a mulher participe da geração da renda, dada a menor imposição sobre o tempo e espaço do trabalho doméstico, porém só enquanto o empreendimento funciona com base na cooperação entre homem e mulher.

Existem contrastes marcantes entre as atividades e atitudes de esposas de trabalhadores autônomos e de mulheres que pertencem a famílias cuja reprodução depende sobremaneira do assalariamento de um ou mais de seus membros. O assalariamento é elemento de uma incipiente diferenciação social do bairro, diferenciação, porém, não evidenciada tanto por distintos padrões de poder aquisitivo quanto por divisões internas de trabalho das famílias. Mais do que as mulheres de trabalhadores autônomos, as mulheres casadas com assalariados tendem a se dedicar exclusivamente aos cuidados domésticos do grupo, consolidando uma relação de interdependência baseada, por um lado, na venda da força de trabalho e, por outro, na sua reprodução diária e intergeracional.

Tudo indica que, entre a população estudada, o assalariamento do chefe permite que as famílias mantenham a mulher em casa. Nesse sentido, sim, a força de trabalho feminina funciona como uma espécie de reserva da qual a família lança mão, na medida em que esta passa de uma posição na divisão social de trabalho para outra. A condição de reserva é reforçada em Vila Nova pelas poucas barreiras à entrada da mulher nos serviços autônomos, como a lavagem de roupa e a costura.

Para a mulher que não pode contar com outra fonte de renda segura, participar da força de trabalho não reflete simples contingências, como no caso daquelas separadas, de algumas viúvas (aquelas que não recebem ajuda de seus filhos adultos) e, de certo modo, das mulheres cujos companheiros e/ou filhos estão engajados em trabalhos autônomos irregulares. Para essas mulheres, a presença de filhos pequenos, a idade avançada, o estado de saúde, não impedem que elas participem na geração de renda, mas são determinantes da alocação e da intensidade de seu trabalho.

Os homens que têm lavouras de subsistência precisam encontrar formas alternativas à produção de excedentes agrícolas para garantir uma renda monetária para suas famílias. Seja por causa da pequena dimensão das posses, seja pelo fato da ocupação da terra ser recente, a produção dos lavradores não chega a representar uma importante fonte de subsistência. Entre cinco famílias que dispõem de terra para lavoura, somente em dois casos se consome, eventualmente, parte da produção (arroz e milho) em casa.

A solução encontrada por alguns homens é de vender sua força de trabalho como diaristas nos serviços de fazendas da região. O trabalho *por dia* permite certa flexibilidade na utilização de seu tempo, para que possam também dedicar-se à lavoura.

A pressão sobre o homem para assumir uma carga dupla de trabalho é maior entre famílias mais jovens, enquanto as famílias em fases mais adiantadas do ciclo de vida encontram mais facilmente expedientes que liberam o homem da venda temporária de sua força de

trabalho, deixando-o à disposição das necessidades da lavoura.

A dedicação exclusiva ao trabalho de lavoura inverte a situação, pondo o homem numa posição de dependência perante outros membros da família para a aquisição de bens que não podem ser produzidos diretamente por ele. Porém, essa dependência é somente viável em determinadas circunstâncias vinculadas ao ciclo vital, ao número de filhos e à idade destes.

CONCLUSÃO

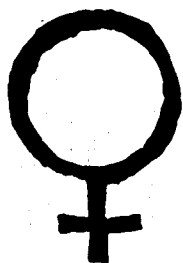
As transformações no trabalho da mulher durante sua migração à fronteira agrícola foram abordadas neste artigo a partir de duas determinações fundamentais. Em primeiro lugar, na medida em que a mulher percorre as diferentes fases de seu ciclo vital, a ideologia redefine suas obrigações e, conseqüentemente, sua disponibilidade para trabalhar na geração de renda. No entanto, as necessidades e demandas da família sempre permeiam, em diferentes graus, seus projetos de migração e de trabalhos nos quatro momentos do curso de vida analisados neste artigo. Por isso mesmo, a mobilidade especial da mulher afasta-se do modelo em que a migração é vista apenas como uma fase de individualização da força de trabalho. Atribuir à mulher migrante o papel de reprodutora da força de trabalho masculina, contudo não resolve esta questão, porque a mulher não se mantém afastada completamente do trabalho remunerado, fato que debilita a dicotomia reprodução/produção.

Em segundo lugar, a tensão entre as duas esferas de trabalho feminino — a privada e a pública — é mediada concretamente pela capacidade do chefe da família garantir a reprodução do grupo familiar. A questão da *tensão* entre o trabalho familiar e o trabalho remunerado ganha prioridade para a mulher durante o processo de expansão da fronteira agrícola, uma vez que a unidade familiar de produção se vê ameaçada pela concentração fundiária. O redimensionamento das famílias de agricultores na divisão social de trabalho gera novas formas de cooperação interna que acabam, em algumas circunstâncias, afirmando na prática a idealização do papel dependente da mulher casada.

O assalariamento do chefe da família coincide com o maior grau de dependência financeira da mulher, que se volta então, quase exclusivamente, para a tarefas domésticas. A proletarização dos ex-agricultores que se concentram na periferia urbana tende a favorecer a cons-

¹² Estes comentários refletem a situação da mulher que não é chefe de família. Há maior flexibilidade nas fronteiras sexuais do trabalho para mulheres financeiramente independentes.

¹³ Por um lado, isso pode refletir uma preferência das empresas pelo trabalhador jovem e solteiro, mas, por outro, pode se explicar pela probabilidade dos filhos adolescentes das famílias entrevistadas terem passado menor parte de sua socialização na área rural, o que criaria maior disposição individual para o trabalho urbano. Convém destacar ainda, a resistência dos filhos em engajarem-se em trabalhos manuais. Usando como base de comparação seu próprio "sofrimento" no passado, nossas entrevistadas aludiam para o fato que o jovem de hoje não sabe o que é trabalhar.



trução de uma divisão sexual de trabalho na família mais rígida do que sua marginalização do setor formal de trabalhos. Entre famílias do bairro Vila Nova, cujos chefes são trabalhadores autônomos, as mulheres inclinam-se para participar também na geração de renda, às vezes até com maior regularidade do que o homem. A migração parcial e a cisão residencial entre campo e cidade não transferem para a mulher papéis tipicamente masculinos na família. Ao contrário, quando a mulher permanece na cidade com seus filhos, é justamente para possibilitar que a família tenha acesso à infra-estrutura urbana para sua reprodução intergeracional. Ao mesmo tempo, a opção da mulher e de seus filhos de estabelecerem raízes no meio urbano vem da impossibilidade de fazê-lo no campo.

A seqüela mais imediata do processo migratório à fronteira agrícola tem sido, para a mulher casada, seu afastamento da participação na produção e sua canalização para atividades domésticas. Isto é, a linha divisória entre os papéis masculinos e femininos, no que diz respeito à sua contribuição concreta para o consumo familiar, se torna mais clara. E, mesmo quando a mulher também aufera algum rendimento, isso é feito na esfera "feminina" dos serviços domésticos. Com a migração à cidade, trava-se concretamente uma divisão sexual do trabalho, cujas bases ideológicas já se evidenciavam no meio rural, porém cuja manifestação material era mais nebulosa. No entanto, as mulheres sempre afirmam sua dependência em relação ao homem, no passado e no presente, e não reconhecem a divisão sexual como negativa.

A mulher trabalha fora de casa frente à pressão da monetarização das relações na cidade sobre o consumo familiar, mas sua participação é mediada pelo trabalho do homem e sua posição na estrutura produtiva regional. Parece-nos que esta variável é de certo modo, mais relevante do que o número de filhos, pois, enquanto estes interferem no sentido de determinar as dimensões espaciais e temporais do trabalho feminino, as relações de dependência entre homem e mulher ditam se esta entra ou não no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. FIBGE. *Censo Agropecuário, 1970 e 1980a*. Rio de Janeiro.
- _____. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 1980b.
- BRASIL. SUDAM. *Amazônia legal: hierarquia urbana*. Belém, 1980c.
- CEDEPLAR. *Migrações internas na Região Norte; estudo de campo da região de Marabá*. Belo Horizonte, 1977. 3v.
- DURHAM, E. Família e casamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 3. Vitória, 1982. *Anais*. São Paulo, ABEP, 1982. p. 31-50.
- HAREVEN, T.K. Introduction: the historical study of the life course. In: _____ ed. *Transitions; the family and the life course in historical perspective*. New York, Academic Press, 1978. p. 1-16.
- LOUREIRO, M.R.G. *Mulher e trabalho familiar na agricultura moderna*. mimeo. (Trabalho apresentado no Seminário "Mulher, Agricultura e Modernização no Meio Rural Latino-americano", Equity Pocity Center, São Paulo, 1983).
- MACEDO, C.C. *A reprodução da desigualdade; o projeto de vida familiar de um grupo operário*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- MARTINE, G. *Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola*. mimeo. (Trabalho apresentado no Seminário "Expansão da Fronteira Agropecuária e Meio-Ambiente na América Latina". ANPEC e CEPAL, Brasília, 1981).
- OLIVEIRA, M.C.F.A. de. *A produção da vida; a mulher na estratégia de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura*. São Paulo, 1981. (Tese doutorado USP).
- ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M.Z. & LAMPHERE, L. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 95-120.
- PRANDI, J.R. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- RODRIGUES, A.M. *Operário, operária; estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo*. 2 ed. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SINGER, P. *Economia política do trabalho; elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- VALVERDE, O. & DIAS, C.V. *A rodovia Belém-Brasília; estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1967.